



CNPJ No. 02.397.080/0001-96

NIRE No. 29300024228

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ITAPEBI-GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2002.

Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2002, às 10:00 horas, na sede social, situada na Avenida Edgard Santos nº 300 -- Bloco A -- 2º andar (parte), na Cidade de Salvador, BA, reuniu-se o Conselho de Administração da ITAPEBI Geração de Energia S.A., com a presença dos seus membros que, tendo conhecimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 02 de dezembro de 2002, em consonância com a alínea "m" do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, decidiram, por unanimidade, o que segue a respeito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única, da espécie subordinada da Companhia: 1) Prazo e Data de Vencimento: 169 (cento e sessenta e oito) meses, contados da data de emissão, prevista para 1º de janeiro de 2003, vencendo-se, nesta condição, em 1º de janeiro de 2017; 2) Hipóteses de Vencimento Antecipado: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia cujo valor global ultrapasse R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, se for cancelado ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência; b) pedido de concordata preventiva ou outra medida de efeito similar formulado pela Companhia; c) liquidação, decretação de falência ou outra medida de efeito similar da Companhia; d) não pagamento, pela Companhia, do valor nominal, da remuneração, das amortizações e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas na escritura de debêntures, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da respectiva data de vencimento; e) falta de cumprimento pela Companhia das demais obrigações previstas na escritura de debêntures ou nos contratos a ela anexados, quais sejam o Contrato de Administração de Contas (Anexo I), o Contrato de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão (Anexo II), ou o Contrato de Compartilhamento de Garantias (Anexo III), não sanadas em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário da emissão; f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas na escritura das debêntures; g) vencimento antecipado do Contrato de Abertura de Crédito Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BB-1947/2001, celebrado em 23 de novembro de 2001 entre a Companhia, o Banco do Brasil S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A., o Banco Bradesco S.A., o Banco Itaú S.A., e o Banco BNL do Brasil S.A., com interveniência da COELBA e/ou do Contrato de Financiamento Abertura de Crédito nº 01.2.375.3.1., celebrado em 23 de novembro de 2001 entre a Companhia e o BNDES, com a interveniência da COELBA; h) alienação, total ou parcial, das ações representativas do capital social da Companhia, por qualquer um dos acionistas controladores da mesma, exceto para pessoas, físicas ou jurídicas, controladas, controladoras, sujeitas a controle comum de tais sociedades ou entre tais sociedades; i) extinção ou perda pela Companhia da concessão outorgada nos termos do Contrato de Concessão nº 37/99, datado de 28.05.1999, celebrado







entre a Companhia e a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, referente à exploração do potencial hidráulico do AHE ITAPEBI; j) vencimento antecipado do Contrato de Compra e Venda Mercantil de Energia Elétrica a ser celebrado com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba; 3) Amortização: percentual de amortização anual sobre o valor nominal atualizado ou saldo do valor nominal atualizado, conforme o caso (taxa), em 01.01.2006, 4,19 %; em 01.01.2007, 9,09%; em 01.01.2008, 10,00%; em 01.01.2009, 11,11%; em 01.01.2010, 12,50%; em 01.01.2011, 14,29%; em 01.01.2012, 16,67%; em 01.01.2013, 20,00%; em 01.01.2014, 25,00%; em 01.01.2015, 33,33%; em 01.01.2016, 50,00%; e, em 01.01.2017, 100,00%; 4) Resgate: a partir de 1º de julho de 2004, a critério do Conselho de Administração, com 30 (trinta) dias de antecedência, tanto total quanto parcial, neste caso observando-se as regras atinentes ao sorteio e o que a respeito dispuser a escritura das debêntures sobre a participação do agente fiduciário dos debenturistas, pelo valor nominal atualizado não amortizado das debêntures, acrescido da remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, descontadas as amortizações à época já efetuadas; 5) Remuneração: composta de atualização do valor nominal pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado ("IGP-M"), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de subscrição, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos e de juros remuneratórios à taxa a ser definida em processo de *book building* a ser referendado por este Conselho de Administração, sendo limitada, desde logo, a 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano, base 360 dias corridos, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor nominal da debênture, a partir da data de subscrição das debêntures, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias corridos, a serem pagos no 18º (décimo oitavo) e no 36º (trigésimo sexto) mês contados da data de emissão das debêntures e, posteriormente, anualmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de julho de 2004, o segundo em 1º de janeiro de 2006 e, o último, em 01 de janeiro de 2017, por ocasião do vencimento das Debêntures; 6) Repactuação: o Conselho de Administração da Companhia divulgará as condições de [atualização e] remuneração das Debêntures a partir de 1º de julho de 2004, de acordo com os termos e condições fixados na escritura de emissão de debêntures; 7) Forma: emitidas sob a forma nominativa, sendo que a Companhia somente emitirá certificados de debêntures mediante solicitação escrita dos debenturistas, os quais serão entregues até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da solicitação. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada tanto pelo certificado quanto pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas. Será também reconhecido, como comprovante de titularidade, o "Relatório de Posição dos Ativos" expedido pelo Sistema Nacional de Debêntures - SND acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, será emitido extrato de custódia em nome do debenturista; 8) Colocação: distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do contrato de colocação a ser firmado com os bancos coordenadores, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, atendidos preferencialmente os clientes dos bancos coordenadores da emissão que desejarem efetuar investimentos na emissão, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos; 9) Integralização: à vista, no ato da subscrição, em



Confere com o original, lavrado no livro competente

Erik da Costa Breyer
Secretário

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 09/01/2003
SOB Nº. 96417915
Protocolo: 03/001320-8
Empresa: 29 3 0002422 8
ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S/A


FIDELIS ROCCO SARNO
SECRETARIO-GERAL

